

CES
COOPERATIVISMO E ECONOMÍA SOCIAL
Núm. 44 (2021-2022), páxs. 389-392
ISSN: 1130-2682

DEMOGRAFIA COOPERATIVA, DADOS E ESTATÍSTICAS
COOPERATIVE DEMOGRAPHICS, DATA AND STATISTICS

EDUARDO GRAÇA*

* Presidente da direção da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), eduardo-graca@cases.pt. Endereço postal: Rua Américo Durão 12A, 1900-064 Lisboa.

A questão que temos designado por “demografia cooperativa”, ou seja, a medição sistemática, estruturada e periódica do fluxo, e respetivo saldo, do movimento de formação e extinção de cooperativas, é um exercício relativamente simples no contexto de um processo mais complexo de tratamento de dados na área da economia social.

Em Portugal a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) desde a sua fundação, em 2010, assumiu no seu programa a necessidade de tratamento dos dados emergentes do setor da economia social, sendo essa missão, nalguns casos, sua responsabilidade pública consagrada na lei, o que fez com que tenha sido possível criar alguns projetos relevantes para o setor, progressivamente diferenciados no contexto internacional.

Os dados têm vindo a ser cada vez mais reconhecidos como de valor inestimável em si mesmos em todas as áreas, instando ao seu tratamento em benefício do conhecimento dos setores e atividades a que respeitam, movendo o interesse da academia, de governos, de autoridades de supervisão e de movimentos associativos de toda a índole, suscitando a criação de estudos quantitativos e qualitativos e de instrumentos estatísticos.

O propósito a que nos dedicamos no que respeita ao tratamento de dados, vencendo resistências e pessimismos que tendem a desconsiderar a importância deste empreendimento, é o de dotar os decisores a todos os níveis de conhecimento que transcenda a mera visão empírica e fragmentada, dando um sinal da determinação em prol da criação de séries estatísticas longas incidindo sobre o setor da Economia Social.

Os esforços para alargar e aprofundar o conhecimento estatístico da Economia Social e seu mapeamento, correspondem afinal ao que é preconizado por diversas instâncias internacionais constituindo uma premissa essencial, quer para o reconhecimento e visibilidade do setor cooperativo e da economia social, quer para a definição de medidas de política pública exigíveis e adequadas.

Em Portugal, a CASES em parceria como Instituto Nacional de Estatística (INE), elaborou e divulgou *Contas Satélites da Economia Social* (CSES) com dados de 2010, 2013 e 2016¹ estando em curso de elaboração a CSES, com dados de 2019 e 2020, a publicar em 2023, segundo um conceito que permite abranger o perímetro mais alargado da economia social, integrando os subsectores que designamos de mercantil e não mercantil.

Ainda em 2023 estimamos que venha a ser disponibilizada a *Base de Dados Permanente das Entidades da Economia Social* (BDPEES), construída através de um modelo de interconexão de dados disponibilizados pelas entidades que deles

¹ Consultar em: <https://www.cases.pt/contasatelitedaes/>.

dispõem em função das suas atribuições públicas, originando um dispositivo da maior relevância para o conhecimento e certificação das entidades que integram, conforme previsto na Lei de Bases da Economia Social, o setor da Economia Social em Portugal.

No que respeita especificamente ao setor cooperativo são elaborados de forma regular e sistemática, além de outros, dois estudos: *As 100 maiores cooperativas*² (2) e o *Relatório Demográfico do Setor Cooperativo em Portugal*³. Do primeiro é facultado o acesso à última edição com dados de 2020, editado no final de junho de 2022, e acerca do segundo aprez-me tecer algumas considerações breves.

Estes estudos com incidência no setor cooperativo português suscitam-me duas observações, a primeira para assinalar que a CASES, criada em 2010, herdeira das atribuições do INSCOOP (criado nos alvares do 25 de abril de 1974), é a entidade que dispõe de poderes de autoridade pública sobre o setor cooperativo que tem exercido, sob a minha direção, na esteira de uma tradição antiga, acautelando o cumprimento da legislação aplicável, mas preservando a autonomia de gestão das cooperativas pelos seus órgãos próprios, o que é uma das suas marcas de água desde os primórdios da sua criação no século XIX.

A segunda respeita à dimensão do setor cooperativo, e ao conjunto do que designamos por subsector mercantil, relativamente menos expressiva no cotejo com setores homólogos de outros países, desde logo a Espanha, o que se deve a razões históricas, políticas e ideológicas, apesar da consagração constitucional que em Portugal, de forma singular, lhe foi conferida desde 1976 e de um inegável robusto enquadramento legislativo.

Os sucessivos relatórios demográficos do setor cooperativo, o último dos quais reportando a dados de 2021, mostram-nos o setor com um saldo demográfico estável, tendencialmente positivo à custa do crescimento de cooperativas dos ramos da cultura e solidariedade social. É notável, no caso português, o bloqueio à criação de cooperativas na área financeira, assim como a queda acentuada das cooperativas do ramo de consumo por efeito da irrupção brutal das grandes superfícies na área do retalho e, ao mesmo tempo, a queda e atual progressiva recuperação das cooperativas do ramo da habitação e construção.

Assinalo, finalmente, que 30% das cooperativas recém-criadas utilizaram o modelo designado por *cooperativa na hora* que tende a impor-se agilizando o processo administrativo de criação, augurando que a partir do segundo semestre de 2022, com o lançamento de um programa piloto de apoio às cooperativas, se dê início a um período de incremento da vibração do movimento cooperativo português.

² Consultar em: <https://www.cases.pt/wp-content/uploads/2021/08/Livro-As-100-Maiores-Cooperativas-2019.pdf>.

³ Consultar em: <https://www.cases.pt/relatorio-cases-demografia-do-setor-cooperativo-2021/>.